Falando DHireito
Publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves
Ano 4 - nº 13 - Julho, Agosto e Setembro de 2007

Cinco fundações estão sendo investigadas pelo Ministério Público por desvio de recursos

O Ministério Público está dando entrada em ações de responsabilização dos dirigentes de cinco fundações paraibanas depois de ter detectado desvio de recursos que deveriam ter sido utilizados para a realização de projetos sociais. Este número representa apenas 2% das 214 entidades legalizadas existentes no estado, mas, na avaliação do curador das Fundações, Alexandre Jorge do Amaral Nóbrega, mesmo que houvesse apenas um caso deste tipo, já seria suficientemente grave. “Este recurso deveria estar sendo dispensado para ações de interesse social, mas estão indo para o bolso de alguém, o que já é um grave problema”, justifica.

Alexandre não divulga quais são as entidades onde o problema foi detectado, já que ainda está investigando mais a fundo a questão, mas garante que a situação foi bem localizada, já que nas demais entidades não se viu ainda sinal de fraude. O problema mais comum entre as fundações foi gerado, em parte, pelo próprio Ministério Público: 90% delas não vinha enviando relatórios e prestações de conta ao órgão, o que já está sendo colocado em dia. “Acontece que antes da criação da Curadoria das Fundações, o trâmite corria muito solto e as entidades nem tinham a quem recorrer diretamente”, admite.

Mas o problema mais grave observado foi que metade das entidades legalmente constituídas não estava em funcionamento, por razões diversas. O curador conta que os responsáveis por estas entidades foram convocados para prestar esclarecimentos e a quase totalidade delas acabou escolhendo o caminho do fechamento. “A outra opção era voltar a funcionar, mediante a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta, mas quem não se sentia em condições de assumir este compromisso teve que seguir os trâmites legais para encerrar a pessoa jurídica criada”, explica. O objetivo é evitar que o CNPJ seja utilizado de forma indevida, além de oferecer um quadro mais real do terceiro setor .

Profissionalismo em falta – Depois de um grande levantamento, que começou em fevereiro do ano passado, Alexandre se sente à vontade para fazer uma constatação: “falta profissionalismo para fazer com que as fundações atendam a seus fins sociais”. Mesmo concordando que o fato da maioria das entidades ser de pequeno e médio porte e, por isso, ter mais dificuldades tanto para se manter em dia com a burocracia quanto para mobilizar recursos, ele garante que o que falta é uma visão capacitada para atuar no setor. “As pessoas têm que entender que não dá para contar apenas com boa vontade, tem que ter visão estratégica e conhecimento para tocar a entidade”, alerta.

Editorial

O próprio Ministério Público admite: gerir uma fundação não é fácil, principalmente pelas demandas financeiras, que exigem muito esforço e criatividade para mobilizar recursos e se manter. Mas o terceiro setor tem se deparado com um outro problema, que vem afetando diversas entidades paraibanas, inclusive a Fundação Margarida Maria Alves: a Cooperação Internacional, principal fonte de recursos do setor, está desviando seu foco de atenção para a África, retirando seus investimentos do nordeste brasileiro.

Diante deste quadro, o que se vê é uma permanente troca de experiências em busca de uma solução, já que os projetos de êxito precisam continuar, pois as demandas sociais permanecem e os resultados são a longo prazo. O atual momento de crise tem deixado gestores de cabelo em pé, enquanto os fundos públicos não dão conta dos projetos em andamento e que podem parar a qualquer momento.

O momento, no entanto, é de buscar novas oportunidades, de descobrir novos caminhos e sensibilizar novos parceiros, principalmente entre a iniciativa privada e também entre as pessoas físicas. Afinal, a sociedade precisa tomar consciência de que todo este esforço feito pelo terceiro setor tem um fim bastante lucrativo: igualdade no acesso aos direitos, com a formação de cidadãos mais capazes de ter uma chance na vida e um mundo melhor.

EXPEDIENTE

Falando DHireito

Esta é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves.
Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro
CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.
Tele-fax: 3221-3014
www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br
Jornalista responsável:
Aline Oliveira (1963/PB)
Fotos: arquivo da entidade
Tiragem: 1.000 exemplares.
Apoio: Misereor
Impressão: F&A Gráfica e Editora

Direitos humanos são invisíveis para os brasileiros

Artigo de Alberto Carlos Almeida
Diretor de Planejamento da Ipsos Public Affairs - Jornal Valor, 3/junho/2007

A comparação entre 25 países, a maioria desenvolvidos, mostra que o Brasil tem o pior indicador de percepção de respeito dos direitos humanos e à liberdade individual. A proporção dos que acham que não há respeito a esses direitos no país é chocante: 90%. O Brasil é o lanterninha, seguido da Bulgária, onde 61% acham a mesma coisa, e do México e da Polônia, com cerca de 55%. Para completar a lista dos cinco piores, há Portugal (48%). No Brasil, a pesquisa foi conduzida pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Só para contrastar, vamos aos mais bem classificados. A lista é liderada pela Dinamarca, onde apenas 10% acham que esses direitos e liberdades não são respeitados. Em seguida vêm Suíça e Noruega, com proporção muito semelhante. Austrália e Alemanha completam a lista dos cinco primeiros com quase 20%. O argumento indulgente, e realista, vai apontar que o Brasil e o México, entre todos os países pesquisados, são os que apresentam os menores índices de escolaridade. Uma população menos escolarizada exige menos o respeito aos direitos humanos e à liberdade individual. Além disso, o Brasil não estaria tão mal acompanhado, a julgar pela posição de Portugal na lista.

O argumento mais crítico, à moda do "complexo de vira-latas" de Nelson Rodrigues, vai dizer que se trata de mais uma prova do nosso subdesenvolvimento e de fato tais direitos são desrespeitados quando isso poderia ser evitado por meio da ação de uma elite mais esclarecida, dotada de algum tipo de respeito em relação aos pobres.

> "Sabe-se que a atuação da polícia é elemento crucial para moldar as percepções das pessoas acerca do respeito aos direitos humanos.

Há, realmente, uma interação constante entre população e elite. Sabe-se, por exemplo, que a atuação da polícia é elemento crucial para moldar as percepções das pessoas acerca do respeito aos direitos humanos. No Brasil, independente de ser eficiente ou não, a polícia não é bem-vista pela população. Mas isso é segmentado, conforme estudos especializados: a polícia atua de uma maneira nas áreas pobres e de outra nas áreas mais ricas. Pessoas mais escolarizadas e de renda mais elevada exigem da polícia atuação menos violenta e mais estratégica, uma atuação mais inteligente. Elas têm os meios para manifestar essa exigência. O mesmo, porém, não pode ser dito quando se trata de favelas, loteamentos e áreas carentes.

Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?

Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na **Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco**.

Escolas de Santa Rita vão formar multiplicadores em coleta seletiva

A formação de alunos da rede pública de ensino para se tornarem agentes multiplicadores em educação ambiental e a elaboração de um documento para ser entregue ao poder público foram as primeiras ações concretas deliberadas no Encontro Municipal de Juristas Populares de Santa Rita, realizado no dia 10 de junho. O evento reuniu 50 pessoas de cinco escolas, de movimentos populares e dos Núcleos de Juristas Populares da cidade e de Forte Velho, mas não contou com a participação dos representantes da prefeitura e da Câmara Municipal, o que motivou a divulgação de uma carta de repúdio assinada pelos participantes do Encontro.

De acordo com a técnica da Fundação Margarida Maria Alves, que acompanha a Rede de Juristas Populares, Candida Moreira Magalhães, o principal resultado da atividade foi a oficialização de um Movimento Ambiental de Santa Rita, apelidado de Movente. "É através dele que vamos fazer um mutirão nas escolas para capacitar os alunos, de forma que eles possam levar informações sobre coleta seletiva para dentro de casa", explica. Além disso, a igreja também resolveu criar uma pastoral específica para trabalhar este tema na cidade, a Pastoral do Meio Ambiente. E o documento, que será fechado em uma reunião marcada para o dia 6 de julho, será encaminhado para a prefeitura. Serão colocados no papel um diagnóstico sobre a situação do meio ambiente no município e propostas para solucionar os problemas.

Candida conta que a proposta é mobilizar a sociedade para que seja implantada na cidade uma política pública de defesa do meio ambiente. "Por isso mesmo, fizemos circular uma carta em repúdio à insensibilidade do poder público por não ter participado desta discussão", justifica, explicando que esta carta já foi enviada por e-mail e entregues em mãos para autoridades.

Mas as discussões estão apenas começando entre os Juristas, já que nos dias 8 e 14 de julho acontecem os Encontros Municipais de Bayeux e João Pessoa, respectivamente. No primeiro, o foco será a forma como os problemas do meio ambiente têm influência na saúde da população. A programação inclui um diagnóstico dos principais problemas observados pelos Juristas através de um painel de fotografias. O evento vai acontecer no Colégio Antônio Gomes, no bairro do Mutirão. Já na capital, o Encontro acontecerá no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o foco serão os rios da cidade. Da junção de todos os encaminhamentos feitos nos três Encontros Municipais, será promovido o Encontro Estadual, marcado para acontecer em setembro. Em todos eles os Juristas vão fazer encaminhamentos práticos, como em Santa Rita.

Encontros Municipais de Juristas Populares:

* Bayeux - 8 de julho, no Colégio Antônio Gomes, no Mutirão
* João Pessoa - 14 de julho, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Participação - Juristas cobram ação do poder público de Santa Rita através de documento

Via Sacra do Meio Ambiente mobiliza 500 alunos

Rede de Juristas Populares

Pelo menos 500 estudantes participaram, no último dia 15 de maio, da Via Sacra do Meio Ambiente, realizada pelo Núcleo de Juristas Populares de Santa Rita, a Fundação Margarida Maria Alves e cinco escolas do bairro, antecipando as reivindicações que seriam feitas no Encontro Municipal de Juristas Populares. O evento arrastou os participantes para uma caminhada que durou cerca de duas horas e passou por todas as escolas participantes e pelas principais ruas do bairro, chamando a atenção de quem passava pela rua ou estava em casa. Com muita empolgação, cada escola apresentou um tema relacionado ao meio ambiente, envolvendo não apenas os professores, mas também os alunos.

A concentração começou às 15 horas em frente ao Cenec, onde o grupo de teatro Cenec em Cena apresentou uma peça falando sobre a importância da coleta seletiva, que também foi acompanhada pelos alunos da primeira fase do ensino fundamental, que, por serem pequenos, não participaram da caminhada. De lá, os alunos seguiram para a Escola Maria de Lourdes, que tratou do tema do desmatamento.

Na terceira parada, na Escola Machado de Assis, os alunos receberam a Via Sacra com um jogral sobre a extração de areia e argila dos rios,

apresentando também uma paródia e cartazes sobre o tema. Quatro alunas da Escola Odilon Ribeiro cantaram um rap que falava sobre o problema da poluição sonora, tema sob responsabilidade da escola. E na Escola Luiz de Azevedo, por conta da morte de uma aluna, vítima de erro médico, a apresentação sobre saúde pública não pôde ser feita como o programado, mas os alunos apresentaram cartazes e houve discursos em defesa de um sistema de atendimento mais humano.

Rua cheia - Juristas e alunos de cinco escolas foram às ruas de Tibiri cobrar ações

Forte Velho leva o Direito às mulheres

Levar o conhecimento jurídico às mulheres da comunidade. Esta foi uma necessidade observada pelo Núcleo de Juristas Populares de Forte Velho, que se transformou no projeto "Diálogos Jurídicos com as Mulheres", que está acontecendo a cada quinze dias, no Centro Comunitário, e se estende até o final do ano. Entre os temas estudados, as mulheres estão conhecendo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código do Consumidor e discutindo temas como as questões de gênero.

Parceiros visitam Fundação para conhecer projeto

Duas representantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça estiveram em João Pessoa no dia 19 de junho. Elas vieram conhecer de perto o projeto do Curso de Formação de Juristas Populares e destacaram a importância deste tipo de iniciativa. A atual edição do projeto, a oitava consecutiva, segue até o final deste ano com o apoio da Secretaria, em parceria com a Unesco, e vai formar trinta novos Juristas .

Celular - Telefonia móvel é o maior motivo de queixa pelos consumidores nos Procons

Procon entra na guerra em defesa do consumidor

Proteger os direitos do consumidor, atuando como um órgão regulador das relações de consumo. De forma grosseira, pode-se dizer que este é o objetivo principal dos já tão populares Procons, mas esta definição não consegue dar conta da importância do órgão. “Falar em Procon é falar em cidadania, em ter acesso a informação e condições de lutar para que seu direito enquanto consumidor seja respeitado”, avalia o coordenador do Procon Municipal de João Pessoa, Sandro Targino. Criado na década de 1990, em São Paulo, hoje este órgão já chegou a todos os estados brasileiros e atende sete municípios paraibanos, entre eles João Pessoa e Bayeux, além do órgão estadual, que também tem uma rede de atendimento.

O Procon é o lugar para onde o consumidor deve se dirigir sempre que tiver problemas em suas relações de consumo. Nos seis primeiros meses deste ano, só o Procon João Pessoa atendeu 3,1 mil pessoas e a demanda não pára de aumentar. As empresas que prestam serviços públicos são as que mais recebem queixas, mas os celulares com defeito são os recordistas e nunca param de provocar reclamações. A falta de informações adequadas sobre taxas bancárias e as compras mal planejadas com o cartão de crédito também estão na lista.

Depois que o Procon é acionado através da denúncia, ele verifica o caso e cobra soluções para o problema, mas esta não é a única forma de atuação do órgão, que também promove ações de educação que já vêm reduzindo o número de reclamações em alguns setores. “Um problema sério era com as escolas, que não respeitavam os direitos dos pais, mas depois de um longo trabalho de orientação para os diretores, quase não se vê mais queixas atualmente”, lembra Sandro.

Apesar de já se ver uma grande difusão do conhecimento sobre as leis de defesa do consumidor, Sandro avalia que ainda há muito a ser feito. “Qualquer direito essencial não se constrói de um dia para o outro, é preciso investir em educação e difundir ao máximo este tema. Afinal, o Procon só existe hoje por conta da mobilização social ocorrida nos anos 1970”, acredita.

Como acionar:

Procon Municipal em João Pessoa:
0800-83-2015
Ao lado do Shopping Tambiá

Procon Municipal em Bayeux:
0800-28-10418
Prédio da Prefeitura

Procon Estadual
3222-6833
No Parque Solon de Lucena

Objetivos:

Planejar, elaborar, prover, coordenar e executar a política do sistema de defesa do consumidor;

Receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias, sugestões apresentadas pelos consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de interesse público e privado;

Fiscalizar a quantidade de bens de serviço oferecidos ao mercado de consumo;

Ajuizar as ações judiciais competentes para defesa de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

Fiscalizar a publicidade dos produtos e serviços com o fim de coibir a propaganda enganosa ou abusiva.

Biblioteca Comunitária de Mandacaru

Livros levam cultura a comunidade pobre

Um lugar onde é possível encontrar oficinas de origami e de confecção de máscaras, exposições de fotografia, numismática e artes plásticas, além de cerca de 5 mil livros disponíveis para consulta, entre eles alguns títulos em braile. O que parece apenas um sonho na maioria dos bairros carentes de João Pessoa se tornou realidade em Mandacaru, onde há sete anos funciona uma Biblioteca Comunitária. Só no ano passado, o local recebeu 2,5 mil visitas, um número pra lá de expressivo. Em entrevista ao Falando DHireito, a Jurista Popular Edeuza Pontes, conta mais sobre esta história. Você confere a íntegra no site da Fundação.

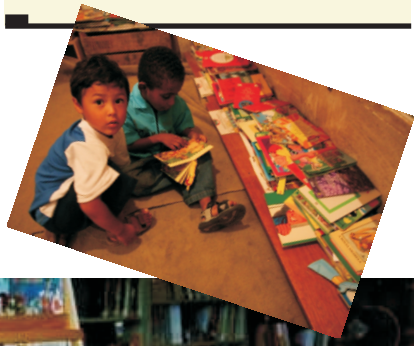
Falando DHireito – Quem é o público de vocês e o que ele pode encontrar na biblioteca?
Edeuza Pontes – Nosso público é formado principalmente por crianças, adolescentes e jovens. Lá eles encontram de tudo: literatura infanto-juvenil nacional e internacional, gibis, dicionários, enciclopédias, tratando dos mais diversos temas como educação, cultura, justiça, índios, negros, GLBT, mulher e saúde. Também temos material em braile, fazemos clipagem de jornais com notícias atuais e temos um acervo composto por cerca de 5 mil exemplares, adquiridos através de campanha permanente realizada pela Cactos. Recebemos doações de pessoas, grupos, instituições e da Biblioteca da Câmara dos Deputados de Brasília, onde a biblioteca é cadastrada desde 2001. Aceitamos material em qualquer estado de conservação, pois os que chegam rasgados são utilizados para recorte e os repetidos são disponibilizados para doação.

FDH – Como surgiu a idéia da biblioteca?
EP – A idéia surgiu quando algumas pessoas do bairro participavam do Curso de Formação de Agentes Culturais em 1999. No final do curso podíamos optar por realizar qualquer atividade, então ponderamos que uma biblioteca seria de melhor serventia para a população. Fizemos uma pesquisa para saber que tipo de material as pessoas gostariam de ter na biblioteca e conversamos com o Pároco da Matriz Sagrado Coração de Jesus, que nos cedeu um espaço onde ficava o depósito da igreja para implantarmos o projeto. Arregaçamos as mangas e começamos a divulgar a idéia e arrecadar livros. No dia da entrega dos certificados da Conclusão do Curso, 14 de abril de 2000, a biblioteca foi inaugurada.

FDH – Além dos livros, o que mais atrai o público no projeto?
EP – Desde 2005 realizamos atividades lúdicas com xadrez, dominó e dama, que servem para a concentração e aguçamento do raciocínio lógico das crianças e adolescentes. Ano passado, atendemos mais de 2,5 mil pessoas e realizamos o I Mini Campeonato de Xadrez Amador, que foi muito bom. Além disso, temos oficinas e exposições.

Serviço

Biblioteca Comunitária de Mandacaru:
* Funciona todos os dias à noite
*Doações: 3224-3581, 8877-9462 ou cactosjp@bol.com.br



Atividades - Crianças e jovens participam de oficinas e exposições na biblioteca

Acontece

Julho

7 e 8 - Módulo de Direito Constitucional
8 - Encontro Municipal de Juristas Populares de Bayeux
14 - Encontro Municipal de Juristas Populares de João Pessoa
28 e 29 - Módulo de Organização do Judiciário

Agosto

11 e 12 - Módulo de Direito Civil visita à Defensoria Pública

Setembro

1 e 2 - Módulo de Direito Civil II
Encontro Estadual de Juristas Populares sobre Meio Ambiente
Visita às Curadorias

F&A Gráfica & Editora
A certeza de uma boa impressão
Fone: (83) 3222.7943